

BRASIL EM DISPUTA

2026

Infomativo N° 2
sobre as eleições
presidenciais em
contexto



Brasil em disputa 2026

Informativo sobre as eleições presidenciais em contexto

Informativo N° 2 do

**Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Capitais Transnacionais,
Estados, Classes Dominantes e Conflitividade na América Latina e Caribe
(GIEPTALC)**

Brasil em disputa 2026 – Informativo nº 2

Iunovich König, Rafaela

Brasil em disputa 2026: Informativo nº 2 sobre as eleições presidenciais em contexto / Rafaela Iunovich König. - Edição bilíngue- Bahía Blanca: Ediciones del Ceiso; Foz do Iguaçu: GIEPTALC, 2026.

Livro digital, DOC - (Brasil em disputa 2026; 2)

Arquivo Digital: download e online

ISBN 978-631-91827-2-9

1. Política Latino-americana. I. Título.

CDD 320

Arte da capa: Ana Eliria Bonafé de Moura

Rafaela Iunovich König
Marcos Jardim Pinheiro
Joab Miguel Caselato
Fernando Romero Wimer
Bill Eglinton Flores Maricahua

Foz do Iguaçu, 8 de setembro de 2026

Introdução

No Brasil, a campanha eleitoral para as eleições gerais teve início oficial em 16 de agosto de 2026. O primeiro turno da eleição para o cargo de presidente da República ocorrerá em 4 de outubro, e um eventual segundo turno está marcado para três semanas depois, em 25 de outubro. O atual presidente Luiz Inácio "Lula" da Silva e o senador Flávio Bolsonaro, filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro, despontam como os principais candidatos nas pesquisas de opinião.

Este documento analisa as eleições presidenciais no Brasil, considerando a influência dos Estados Unidos e a interação global dos diferentes atores, as repercussões do cenário latino-americano e o futuro da integração regional, bem como as disparidades socioeconômicas e políticas em escala subnacional e estadual no país; além disso, avalia tanto o papel da mídia de massa e das plataformas digitais quanto a interferência das Forças Armadas e dos militares na vida política brasileira.

Este segundo relatório de “Brasil em Disputa 2026” aborda, principalmente, o período que vai do início da campanha até o dia 7 de setembro de 2026. O documento apresenta uma síntese de algumas das principais dimensões que caracterizam o cenário político internacional e nacional, bem como sua dinâmica social e econômica, com influência na atual conjuntura política. Para tanto, foram utilizados dados provenientes de plataformas oficiais, fontes diretas, pesquisas de opinião e o acompanhamento dos principais meios de comunicação nacionais e internacionais, visando monitorar os acontecimentos mais relevantes e examinar a repercussão desses eventos.

Contexto latino-americano e integração regional

O encerramento do primeiro semestre de 2026 coincidiu com o fim da presidência pro tempore paraguaia do Mercosul; em 30 de junho, realizou-se em Assunção a Cúpula de Chefes de Estado do bloco. A lista de mandatários presentes — Lula da Silva pelo Brasil, Santiago Peña pelo Paraguai, Yamandú Orsi pelo Uruguai, Rodrigo Paz pela Bolívia, José Antonio Kast pelo Chile e Daniel Noboa pelo Equador, juntamente com representações ministeriais da Colômbia, do Panamá, da Alemanha, dos Emirados Árabes Unidos, do Caricom, do Uzbequistão, do Peru e da Índia — não incluiu, contudo, a presença argentina em nível presidencial nem de seu chanceler (Amoêdo, 2026). Dentre os chefes de Estado presentes, a cobertura do encontro identificou apenas Lula da Silva e Orsi como representantes de governos de centro-esquerda, em contraste com uma maioria de perfil de direita ou centro-direita (Amoêdo, 2026).

Em 2 de setembro de 2026, a agenda institucional do bloco teve continuidade, já sob a presidência pro tempore uruguaia, com os chanceleres do Mercosul — Pablo Quirno pela Argentina, Héctor Huanca pela Bolívia, Mauro Vieira pelo Brasil, Rubén Ramírez Lezcano pelo Paraguai e Mario Lubetkin pelo Uruguai —, que se reuniram informalmente no Palácio Santos, em Montevideu, para revisar a situação das cotas acordadas com a União Europeia e definir a agenda de dezembro, quando se prevê o encerramento da presidência uruguaia (Mercosul, 2026). O próprio Lubetkin descreveu o encontro como tendo ocorrido em um clima “franco e fraterno” e afirmou que nada impediu o avanço rumo a um cenário com “mais MERCOSUL no futuro” (Mercosul, 2026).

Esse acompanhamento das cotas remete ao Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia, assinado em 17 de janeiro de 2026, que integra um mercado combinado de aproximadamente 720 milhões de pessoas e um PIB conjunto superior a 22 trilhões de dólares. O instrumento é composto por dois textos jurídicos distintos: o Acordo de Associação (EMPA) e o Acordo Provisório de Comércio (ITA) — que replica o pilar comercial do EMPA. Este último passou a ser aplicado de forma provisória em 1º de maio de 2026, embora sua entrada em vigor definitiva ainda dependa da aprovação do Parlamento Europeu; já o EMPA requer, adicionalmente, a ratificação pelos parlamentos nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e dos Estados-Parte do Mercosul. Para o Brasil, o peso econômico desse vínculo é considerável: em 2025, o fluxo de comércio de bens com a União Europeia atingiu 100 bilhões de dólares, o que equivale a 16% do comércio exterior brasileiro (Brasil, 2026 a).

É sobre essa estrutura institucional que se projetam as plataformas de política externa dos principais candidatos à Presidência do Brasil. O plano de governo de Lula da Silva dedica um capítulo inteiro ao tema, estabelecendo como objetivo defender a soberania nacional e o protagonismo internacional do Brasil, e descreve o cenário internacional a partir de duas características: uma ordem mundial predatória e uma série de ataques ao multilateralismo. Nessa perspectiva, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) coloca o Mercosul como a principal plataforma de integração na América do Sul e a Amazônia como eixo estratégico de integração regional (Costa, 2026); a comparação entre os planos registrados no Tribunal Superior Eleitoral confirma essa aposta no fortalecimento do bloco dos BRICS, do Mercosul e da integração sul-americana, juntamente com uma reforma do Conselho de Segurança da ONU (Melo, 2026).

O plano de Flávio Bolsonaro, por sua vez, não contém nenhuma referência ao Mercosul, aos BRICS, ao Novo Banco de Desenvolvimento, ao FMI ou à disputa entre China e Estados Unidos, concentrando sua proposta de inserção internacional na adesão plena à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apresentada como o primeiro requisito para uma abertura comercial que proporcione ao setor produtivo acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados (Costa, 2026). No que diz respeito a alianças, o plano prioriza a reaproximação com Estados Unidos, Argentina e Israel, sob a premissa de que não tratará como adversários os parceiros mais importantes e tradicionais do país (Costa, 2026; Melo, 2026).

Além disso, a relação bilateral com a Argentina tornou-se cada vez mais tensa durante a campanha. Em 25 de julho, o presidente Javier Milei participou da convenção do Partido Liberal (PL) que lançou a candidatura de Flávio Bolsonaro e, nos dias seguintes, reiterou em diversas aparições na mídia — o canal LN+, a rádio Mitre e o streaming La Casa — as qualificações de "ladrão" e "presidiário" dirigidas a Lula da Silva, justificando-as com a alegação de que a condenação do mandatário brasileiro havia sido anulada por um "erro administrativo" da justiça daquele país. Nessas mesmas aparições, Milei expressou sua expectativa de que "o Brasil também se pintasse de azul", em referência a uma eventual vitória de Bolsonaro em outubro (Rosemberg, 2026).

Em 4 de agosto, após convocar o embaixador argentino em Brasília, o chanceler Mauro Vieira entregou ao representante de Buenos Aires um protesto formal, no qual o Brasil rebaixava o vínculo bilateral ao nível de encarregado de negócios e adiava, sem data definida, o retorno do embaixador Julio Bitelli a Buenos Aires (Rosemberg, 2026; León, 2026). O Itamaraty afirmou, em nota reproduzida pela Agência Brasil, que "não há

precedentes de um presidente estrangeiro que, em território nacional, profira agressões e ofensas ao Chefe de Estado, às instituições democráticas — incluindo o Poder Judiciário — e ao povo brasileiro" (León, 2026). A chancelaria argentina, chefiada por Pablo Quirno, respondeu classificando a medida como "unilateral" e sustentando que o país "nunca respondeu a uma divergência política com uma medida institucional" (Rosemberg, 2026).

Enquanto o vínculo com Buenos Aires se deteriorava, a relação entre Assunção e Washington aprofundava uma parceria que, segundo o Departamento de Estado, completava dezoito meses no momento do encontro de 13 de junho de 2026 entre o secretário Marco Rubio e o presidente Santiago Peña. O comunicado oficial indicou que a Corporação Financeira dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e o Banco de Exportação e Importação trabalham para apoiar projetos vinculados ao crescimento econômico paraguaio e às prioridades estratégicas norte-americanas, entre eles o desenvolvimento de "infraestrutura digital avançada", além da cooperação em segurança regional (Estados Unidos, 2026a).

Esse vínculo baseia-se em um marco anterior: em 4 de fevereiro de 2026, o Paraguai integrou a lista de onze países — juntamente com Argentina, Equador e Peru — que assinaram novos marcos bilaterais ou memorandos de entendimento sobre minerais críticos com os Estados Unidos, durante uma reunião ministerial convocada por Rubio em conjunto com o vice-presidente JD Vance (Estados Unidos, 2026b). O próprio comunicado situa esses marcos bilaterais como um esforço complementar à colaboração com os então nove parceiros da iniciativa Pax Silica (Estados Unidos, 2026b).

Um documento de análise publicado em setembro pelo Instituto Espanhol de Estudos Estratégicos, vinculado ao CESEDEN, permite dimensionar essa iniciativa. Segundo Legrand (2026), a Pax Silica foi lançada pelo Departamento de Estado em dezembro de 2025 e ampliada de forma substancial em junho de 2026, como uma arquitetura de securitização da cadeia de suprimentos de inteligência artificial que abrange desde a extração mineral até a infraestrutura de computação avançada. O autor sustenta que a incorporação latino-americana ao bloco responde mais fortemente a uma lógica de alinhamento geopolítico do que à dotação geológica de cada país, e examina, em particular, o papel da Argentina como fornecedora de cobre e lítio nesse esquema (Legrand, 2026).

Caracterização socioeconômica por região

A conjuntura socioeconômica do Brasil manifesta-se de formas distintas nas cinco regiões do país¹, onde as diferenças produtivas na inserção no mercado de trabalho e na renda condicionam a maneira como as famílias vivenciam as mudanças na atividade econômica e no custo de vida. Sem pretender realizar uma análise exaustiva de indicadores, esta seção relaciona algumas dimensões para compreender o panorama atual e suas desigualdades territoriais. O mercado de trabalho é um ponto-chave para essa análise, uma vez que as condições de acesso ao emprego e a remuneração são decisivas para entender como a dinâmica econômica repercute no cotidiano das famílias.

¹ O Brasil compreende cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Nesse sentido, cabe destacar que, segundo o IBGE (2026a), a queda da taxa de desemprego nacional para 5,4% e o aumento da renda real do trabalho no segundo trimestre de 2026 — em comparação com o mesmo período de 2025 — ganham relevância ao se analisarem as diferenças regionais desses resultados. Esse índice representa o nível mais baixo registrado para o referido período na série histórica, iniciada em 2012 (CNN Brasil, 2026a). Além disso, aproximadamente 61% dos trabalhadores do setor privado nas regiões Norte (Amapá, Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) possuíam contrato formal, frente a 82,2% na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Dessa forma, a melhora dos indicadores coexiste com condições desiguais de remuneração e proteção trabalhista, aspectos que devem ser considerados ao analisar os efeitos da atividade econômica e do custo de vida sobre as famílias (IBGE, 2026a).

As regiões também apresentam diferenças na composição do emprego. A Tabela 1 mostra três perspectivas dessa composição no segundo trimestre de 2026: a agropecuária representa uma maior porcentagem do emprego no Norte e no Nordeste, enquanto a indústria de transformação se destaca no Sul. O comércio, por sua vez, constitui uma base ocupacional importante em todas as regiões (IBGE, 2026a). Esse peso relativo no emprego no Sul deve ser diferenciado da concentração industrial no território nacional. Em outra análise, limitada ao emprego formal de 2024, São Paulo concentrava 32% dos empregos da indústria de transformação brasileira, superando os 26,6% do Sul (IEDI, 2026). Os indicadores permitem distinguir a importância da indústria de transformação na estrutura ocupacional das regiões.

Tabela 1 – Participação de atividades selecionadas no total de ocupados de cada região do Brasil – 2º trimestre de 2026 (%)

Região	Agropecuária	Indústria de Transformação	Comércio e reparação de veículos
Norte	13,0	8,7	19,6
Nordeste	10,8	7,5	19,7
Sudeste	5,1	11,9	17,9
Sul	7,7	17,4	18,7
Centro-Oeste	7,9	8,6	20,4

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2026a, p. 36)

Nota: As porcentagens referem-se ao total de ocupados de cada região. Visto que foram selecionadas apenas três atividades, os valores não somam 100%.

Além das diferenças no emprego e na remuneração, vale destacar qual proporção desses rendimentos é destinada a despesas básicas. Em julho de 2026, o preço da cesta básica diminuiu em 26 das 27 capitais analisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), embora ainda registrasse um aumento acumulado anual em todas elas. Para um trabalhador que recebe o salário-mínimo, adquirir esses alimentos exigia, em média, 49,34% de sua renda líquida, índice que chegava a 61,02% em São Paulo e a 53,88% em Curitiba (DIEESE, 2026). A alimentação continua consumindo praticamente metade do salário base, do qual ainda precisam ser cobertas despesas como moradia, transporte e outras necessidades. No âmbito internacional, o índice de preços dos alimentos aumentou 1,9% em agosto de 2026, situando-se em 133,3

pontos (FAO, 2026). Um relatório da Forbes aponta que esse nível foi o mais alto desde novembro de 2022 e atribui o aumento às condições climáticas adversas e às interrupções no abastecimento decorrentes de conflitos internacionais (Moitinho, 2026). Resta saber em que medida esse aumento repercutirá nos preços pagos pelas famílias brasileiras.

O contexto internacional também repercute no abastecimento de combustíveis. As restrições à passagem de petróleo pelo Estreito de Ormuz devido ao conflito atual na região, os ataques a refinarias russas e a redução da produção em refinarias da China pressionam a oferta e complicam o cenário. Nos Estados Unidos, o preço do diesel atingiu o recorde de 5,85 dólares por galão em setembro deste ano, o que elevou o custo do transporte de mercadorias (Collins, 2026).

No Brasil, os dados de julho deste ano mostram um recuo mensal de 1,44% nos combustíveis, incluindo quedas de 1,37% na gasolina e de 1,22% no diesel (IBGE, 2026b). No entanto, ao comparar os últimos 12 meses, o preço médio da gasolina comum na segunda quinzena de agosto mantém-se 5,83% acima do registrado um ano antes. Esse aumento apresenta diferenças territoriais significativas: chega a 17,62% em Teresina e a 16,04% em Porto Velho, enquanto Florianópolis registrava uma queda de 0,60% (ANP, 2026). Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP, 2026), a exposição às flutuações internacionais foi amplificada pelo Preço de Paridade de Importação (PPI), adotado durante o governo de Michel Temer e mantido por Bolsonaro. Embora a Petrobras tenha modificado essa política em 2023, as privatizações no refino e na distribuição limitaram sua incidência nos preços finais. A entidade destaca que a venda da BR Distribuidora privou a Petrobras da capacidade de atuar diretamente nessa etapa da cadeia, restringindo, assim, os efeitos de sua política de preços sobre os valores pagos pelos consumidores.

Os preços pagos pelos trabalhadores podem ter efeitos distintos dependendo da renda disponível em cada domicílio, a qual inclui, além dos rendimentos do trabalho, os benefícios sociais. Em 2025, os rendimentos provenientes de programas sociais chegavam a 39,8% dos domicílios do Nordeste e a 38,8% dos do Norte, frente a 10,8% no Sul. Essa maior cobertura dos programas sociais no Nordeste coexistia com rendimentos familiares per capita mais baixos: R\$ 1.470,00 no Nordeste e R\$ 1.558,00 no Norte, em comparação com R\$ 2.669,00 no Sudeste (Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), R\$ 2.712,00 no Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e R\$ 2.734,00 no Sul, considerando as diferentes fontes de renda (IBGE, 2026c). Ao analisar o Nordeste, Cavalcanti, Paraíba e Chaves (2026) associam a presença do programa Bolsa Família às desigualdades históricas da formação econômica brasileira. Segundo eles, o programa não substitui o trabalho nem o salário, mas complementa a renda familiar e articula o benefício com a assistência social, a permanência das crianças na escola e a redução da mortalidade infantil.

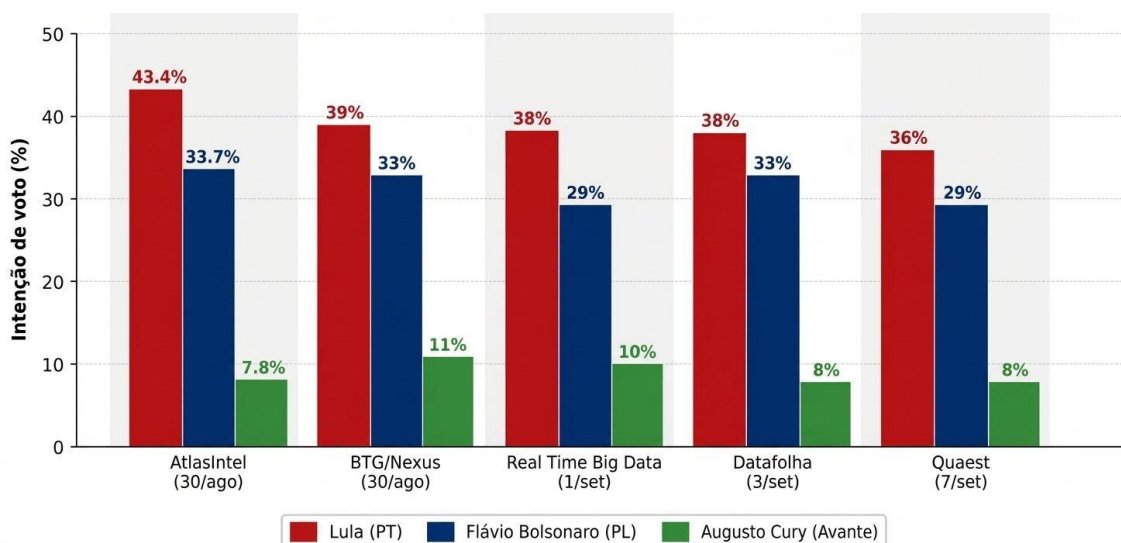
Os desafios futuros envolvem sustentar os avanços em matéria de emprego e renda, mas também ampliar a proteção trabalhista e enfrentar as desigualdades que atravessam as regiões do Brasil. A continuidade das políticas sociais e a capacidade pública de intervir no abastecimento de bens essenciais também fazem parte dessa disputa, especialmente diante da complexidade do cenário internacional. É relevante destacar a necessidade de aprofundar políticas de valorização da renda e de proteção social que ofereçam uma perspectiva mais próxima das necessidades dos trabalhadores, em vez de retomar a

redução da atuação do Estado em áreas decisivas para suas condições de vida. É nessa encruzilhada histórica que o Brasil se encontra.

Tendências eleitorais em nível nacional e por região/estado

A corrida presidencial de 2026 chega às vésperas do início oficial da propaganda eleitoral em um momento de crescente tensão entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição, e o senador Flávio Bolsonaro (PL), escolhido por seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, para representar o campo bolsonarista. Nesse contexto, as pesquisas publicadas entre 30 de agosto e 7 de setembro por cinco institutos de análise eleitoral diferentes — AtlasIntel/Bloomberg, BTG/Nexus, Real Time Big Data, Datafolha e Quaest — permitem uma leitura completa da disputa, tanto no primeiro turno quanto em um eventual segundo turno entre os dois candidatos preferidos dos brasileiros: Lula da Silva e Flávio Bolsonaro; destaca-se, também, a ascensão do escritor Augusto Cury (Avante) à casa dos dois dígitos, um cenário que rompe com a tendência de polarização da corrida presidencial (Gráfico 1). Nesse sentido, integramos três eixos de análise do comportamento eleitoral nos últimos meses: o desempenho no primeiro turno, as tendências para o segundo turno entre os principais candidatos e a análise dos resultados por estado e região.

Gráfico 1. Primeiro turno por Instituto de Pesquisa: Lula, Flávio Bolsonaro e Augusto Cury (30 de agosto de 2026-7 de setembro de 2026).

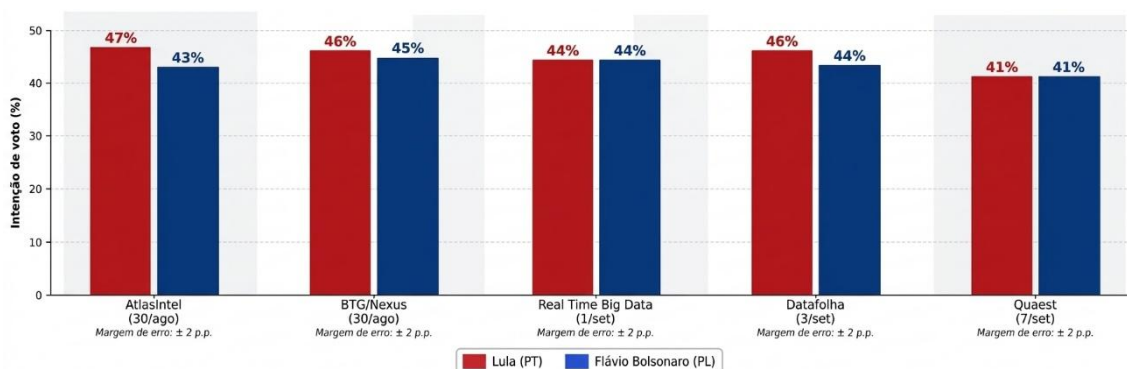


Fonte: Elaboração própria com base nos dados de AtlasIntel/Bloomberg, 2026; BTG/Nexus, 2026; Real Time Big Data, 2026; Datafolha, 2026; Quaest (2026 b).

Estatisticamente, a convergência entre pesquisas com diferentes metodologias — como entrevistas presenciais, entrevistas por telefone e painéis online — gera resultados que situam a intenção de voto da seguinte forma para o primeiro turno eleitoral: Lula entre 36% (Quaest, 2026 b) e 43,4% (AtlasIntel/Bloomberg, 2026), enquanto Flávio Bolsonaro varia entre 29% e 33,7% no mesmo período. Assim, a diferença entre ambos os candidatos mantém-se estável em uma faixa de 6 a 10 pontos percentuais na quase totalidade das

pesquisas — um intervalo superior ao dobro da margem de erro (entre 2 e 3 pontos percentuais) informada pelos institutos —, o que confere solidez estatística à tendência de liderança do PT no primeiro turno. Nesse cenário, a consolidação dos dois principais candidatos é um padrão que se repete ao se considerarem os resultados do primeiro relatório de análise eleitoral do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Capitais Transnacionais, Estados, Classes Dominantes e Conflito na América Latina e no Caribe (Romero Wimer et al., 2026). No entanto, destaca-se o crescimento de Augusto Cury, que salta de patamares inferiores a 4% em agosto para valores entre 7,8% e 11% nas cinco pesquisas. Essa situação consolida a ideia de uma terceira via, equidistante da polarização entre o PT e o bolsonarismo, em um contexto de fadiga eleitoral decorrente do confronto institucional entre o Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, o crescimento de Cury ainda não é suficiente para ameaçar a segunda posição de Flávio Bolsonaro, mas tende a pressionar a parcela de indecisos e o chamado "segundo pelotão" de candidatos — Ronaldo Caiado, Romeu Zema e Renan Santos —, que, nos últimos meses, haviam perdido espaço relativo em praticamente todas as pesquisas.

Gráfico 2. Segundo turno por Instituto de Pesquisa: Lula (PT) vs. Flávio Bolsonaro (PL) (30 de agosto de 2026-7 de setembro de 2026).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de AtlasIntel/Bloomberg, 2026; BTG/Nexus, 2026; Real Time Big Data, 2026; Datafolha, 2026; Quaest (2026 b).

Embora a vantagem de Lula no primeiro turno seja sólida, o cenário se inverte no segundo (Gráfico 2). Assim, nas cinco pesquisas consideradas, a diferença entre os dois candidatos varia de 0 a 4,4 pontos percentuais. Nesse sentido, os principais institutos de pesquisa — considerando critérios de atualidade, tamanho da amostra e consistência histórica — apontam uma vantagem média de apenas 1,4 pontos percentuais para Lula no segundo turno (44,8% contra 43,4%), em comparação com 7,3 pontos no primeiro turno (38,88% contra 31,54%). No entanto, a redução da vantagem entre os turnos é um padrão consistente que indica que parte do eleitorado atualmente dividido entre Cury, Caiado, Zema e Renan Santos no primeiro turno migra significativamente para Flávio Bolsonaro em um cenário de confronto direto com Lula — um efeito de oposição política típico de eleições polarizadas. Segundo a Quaest (2026 b), 78% dos eleitores de Flávio Bolsonaro já definiram seu voto, contra apenas 49% dos eleitores de Cury, o que demonstra que o eleitorado bolsonarista está ainda mais consolidado do que as opções de uma terceira via.

Por outro lado, as diferenças estaduais observadas (Quaest, 2026 c) no período de 24 de agosto a 4 de setembro confirmam o padrão de empate no estado de Minas Gerais, considerado o maior colégio eleitoral do país e chamado de "estado-termômetro" das

eleições presidenciais. Esse apelido não é arbitrário; ele existe porque o resultado em Minas Gerais coincidiu com o vencedor da disputa presidencial nas nove eleições realizadas após a ditadura no Brasil, o que confere ao estado um peso simbólico e preditivo desproporcional ao seu tamanho eleitoral.

Além disso, o levantamento por estados revela disparidades regionais acentuadas. Lula registra seus maiores percentuais no Nordeste: Maranhão (58%), Pernambuco (54%), Rio Grande do Norte (54%) e Paraíba (50%), liderando também em Alagoas (44%) e em alguns estados da região Norte, como Amazonas (38%), Tocantins (37%) e Amapá (36%). Por outro lado, Flávio Bolsonaro lidera nos estados do Sul e do Centro-Oeste. No Sudeste, principalmente devido aos resultados nos estados de São Paulo e Minas Gerais, o cenário é de empate técnico entre ambos os candidatos. Os dados indicam que o Nordeste se consolida como o principal reduto de Lula, com vantagens superiores a 30 pontos percentuais em vários estados, enquanto a região Sul reflete um cenário majoritariamente favorável a Flávio Bolsonaro (Quaest, 2026 c).

Por outro lado, a queda no percentual de indecisos (de 51% em 14 de agosto para 42% em 7 de setembro) coincide com o início do período de campanha e sugere uma definição natural do eleitorado à medida que se aproxima a disputa eleitoral de 4 de outubro (Quaest, 2026 b). Além disso, a coincidência temporal entre a divulgação das pesquisas eleitorais e a intensificação do embate político em torno do Supremo Tribunal Federal é sintomática do papel central que o Poder Judiciário voltou a desempenhar na disputa de 2026. Assim, em 7 de setembro, enquanto Lula da Silva cumpria a agenda institucional do desfile da Independência em Brasília e evitava o confronto direto — reservando uma mensagem genérica em defesa da soberania nacional e de planos de desenvolvimento autônomos —, os líderes de oposição Flávio Bolsonaro, Tarcísio de Freitas, Renan Santos e Augusto Cury, entre outros pré-candidatos, organizaram atos de rua dirigidos explicitamente contra a figura do ministro Alexandre de Moraes. Este contraste é revelador: o Poder Judiciário continua funcionando como eixo organizador da disputa política, servindo tanto para consolidar a base bolsonarista em torno da bandeira de oposição ao STF quanto para pôr à prova os limites da postura cautelosa que a campanha de Lula da Silva buscou construir sobre o tema (Souza, 2026; Escardovelli e Oliveira, 2026).

Em suma, existe uma assimetria entre os dois principais nomes quanto à opinião sobre o resultado ideal das eleições: segundo a Quaest (2026b), 32% dos entrevistados consideram a vitória de Lula e do PT o melhor cenário para a democracia brasileira, contra 24% que preferem o retorno da família Bolsonaro ao poder, bem como a participação dos Estados Unidos e de Israel na vida político-econômica do país. No entanto, a soma daqueles que preferem alternativas fora da polarização chega a 37%, superando ambos os polos isoladamente. Esse contexto ajuda a explicar o crescimento de Augusto Cury, que encontra espaço real no eleitorado, mesmo sem representar uma ameaça direta à liderança de Flávio Bolsonaro nas intenções de voto analisadas. Portanto, o conjunto de evidências disponíveis até 7 de setembro de 2026 aponta para uma eleição sem resultado definido no primeiro turno — visto que Lula da Silva permanece distante dos 50% dos votos válidos necessários para vencer em outubro — e para um segundo turno tecnicamente indefinido entre Lula e Flávio Bolsonaro, com vantagens que raramente superam a margem de erro combinada dos institutos de pesquisa. Minas Gerais reproduz esse empate em escala

estadual, antecipando, como caso exemplar, que a disputa nacional permanecerá acirrada até o final da campanha eleitoral.

Meios de comunicação e redes sociais

Primeiro debate presidencial e repercussão nas redes

Na segunda quinzena de agosto, a corrida eleitoral avançou com o primeiro debate entre os candidatos à Presidência realizado pela emissora Band, em 23 de agosto. A ausência dos dois candidatos mais bem posicionados nas pesquisas eleitorais, Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), reacendeu a discussão sobre a defasagem de certas formas de propaganda política e, por outro lado, a ascensão de novos canais de mídia e formatos alternativos (Band, 2026b).

Sem Lula, Flávio Bolsonaro também não participou. Além deles, Romeu Zema (Novo) não compareceu. O debate prosseguiu com os três candidatos restantes: Augusto Cury (Avante), Renan Santos (Missão) e Ronaldo Caiado (PSD) (Band, 2026b).

A decisão de participar ou não desses eventos faz parte da estratégia de comunicação das campanhas. Enquanto alguns podem evitar a exposição e o desgaste — principalmente quando são protagonistas —, outros, menos conhecidos, encontram nesse formato a possibilidade de ampliar sua visibilidade.

A repercussão do debate também se refletiu nas buscas realizadas na internet. Dados do Google Trends, apresentados pela Sala Digital (uma parceria entre a Band e o Google), apontaram Augusto Cury como o presidenciável com maior volume de buscas durante o encontro. Renan Santos, por sua vez, liderou as buscas que utilizavam a expressão "quem é" entre os candidatos à Presidência (Band, 2026a, 2026c).

Crescimento de Augusto Cury nas pesquisas e nas redes

Nas pesquisas divulgadas nos dias seguintes ao debate e à rodada de entrevistas televisivas, Augusto Cury (Avante), médico psiquiatra e autor de best-sellers do gênero de autoajuda, começou a registrar crescimento na intenção de voto. No instituto Nexus, ele passou de 2% na pesquisa divulgada em 24 de agosto para 11% no dia 31; a Quaest registrou um avanço de 2% para 10% entre suas rodadas de agosto e setembro (BTG/Nexus, 2026; Quaest, 2026 a).

Paralelamente, os efeitos do debate repercutiram de forma significativa nas redes sociais. Embora algumas declarações viralizadas do candidato do Avante tenham sido alvo de piadas nas redes sociais (como o uso de drones em casos de violência doméstica contra a mulher), seu número de seguidores no Instagram cresceu 2,5 milhões em duas semanas, o que demonstra o efeito prolongado das aparições na mídia tradicional repercutindo nas redes sociais (Folha de S.Paulo, 2026).

A velocidade desse crescimento também levantou questionamentos entre os adversários sobre a organicidade da mobilização. Campanhas rivais passaram a suspeitar de um eventual pagamento irregular a influenciadores e chegaram a avaliar recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para investigar o caso. A campanha de Cury negou as irregularidades (Folha de São Paulo, 2026).

Até o momento, mesmo com o crescimento observado, o percentual de intenção de voto de Augusto Cury é modesto. Em contrapartida, a migração desses votos em um eventual segundo turno pode ser relevante: dados da pesquisa Nexus indicam que 46% dos eleitores de Augusto Cury integravam a base eleitoral de Flávio Bolsonaro, 23% a de Lula e 29% eram eleitores que anteriormente declaravam voto em branco ou nulo (Nexus, 2026).

Entrevistas com os principais candidatos

Na mesma noite do debate na Band (23 de agosto), Lula apareceu em uma entrevista transmitida pela Record. Na ocasião, Lula apresentou como plano de governo a criação de um Ministério da Segurança Pública e criticou as candidaturas que apostam predominantemente na internet para chegar à Presidência. O candidato também foi questionado sobre as investigações que envolvem Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, seu filho (Record, 2026).

As controvérsias pessoais voltaram a ocupar um espaço relevante na entrevista concedida por Lula ao Jornal Nacional, no dia 27. Fábio Luís é investigado pela Polícia Federal em três inquéritos autorizados pelo STF, que examinam suspeitas de tráfico de influência e corrupção em negócios envolvendo órgãos do governo federal; dois estão sob a relatoria do ministro André Mendonça e outro sob a relatoria do ministro Flávio Dino (CNN Brasil, 2026 b). A defesa nega irregularidades. Durante a entrevista, Lula afirmou que seu filho deverá responder caso se comprove a prática de ilícitos e classificou como equivocada a conduta de seu ex-chefe de gabinete Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, que recebeu valores de Roberta Luchsinger sob a justificativa de um empréstimo pessoal. Na mesma entrevista, Lula afirmou que nunca havia visto Roberta Luchsinger (O Globo, 2026b).

No dia seguinte, na entrevista com Flávio Bolsonaro, um dos principais pontos foi a relação do candidato com Daniel Vercaro e o financiamento de *Dark Horse*, cinebiografia sobre Jair Bolsonaro. Flávio sustentou que os valores destinados à produção correspondiam a investimento privado e que não houve utilização de recursos públicos. Confirmou ter solicitado a Daniel Vercaro a liberação de valores para o projeto, mas não detalhou, durante a entrevista, o contrato nem a prestação de contas. Áudios e mensagens divulgados anteriormente registram o próprio Flávio cobrando de Vercaro os repasses destinados ao filme. O candidato afirmou, ainda, que respeitará o resultado das eleições e reconheceu ter se equivocado ao declarar anteriormente que as urnas eletrônicas utilizadas no Brasil eram fabricadas por uma empresa venezuelana (O Globo, 2026a).

Propaganda eleitoral e regulamentação das redes sociais

Em 31 de agosto, o ministro Dias Toffoli, do TSE, suspendeu temporariamente a propaganda eleitoral de Renan Santos em perfis digitais, os repasses do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e sua participação em debates, depois que o partido deixou de informar à Justiça Eleitoral, no prazo previsto, os perfis utilizados para propaganda nas redes sociais. No dia seguinte, após o cumprimento parcial das determinações, Toffoli revogou as medidas (BBC, 2026).

Como regra, o TSE exige que as candidaturas informem os endereços eletrônicos utilizados para a realização de propaganda na internet, que não estão necessariamente vinculados ao nome do candidato. Na base divulgada pelo TSE, aparecem endereços em plataformas como Instagram, TikTok, Kwai, Facebook, YouTube, X, Threads, LinkedIn, Bluesky, Spotify, Deezer, Amazon Music, Flickr, Telegram, WhatsApp, Discord, Twitch, Truth Social e Gettr, além de sites próprios e outros serviços digitais. Considerando os diferentes endereços registrados na base gerada em 4 de setembro, Flávio Bolsonaro reunia aproximadamente 37 registros; Lula, 23; Renan Santos, 18; Ronaldo Caiado, 13; Romeu Zema, 11; e Augusto Cury, 10 (TSE, 2026a).

Em 1º de setembro, o Tribunal Superior Eleitoral também estabeleceu critérios para a caracterização de *deepfake* nas eleições de 2026. A Corte decidiu sobre a representação proposta pela Federação Brasil da Esperança contra Flávio Bolsonaro, devido à exibição, durante a convenção nacional do PL, de um vídeo produzido com inteligência artificial que recriava a imagem e a voz do ex-presidente Jair Bolsonaro declarando apoio à candidatura de seu filho (TSE, 2026b).

Definiu-se como *deepfake* o conteúdo sintético produzido ou manipulado por inteligência artificial ou tecnologia equivalente, dotado de grau de realismo ou verossimilhança, destinado a criar, reproduzir ou alterar a imagem, a voz ou a manifestação de uma pessoa viva, falecida ou fictícia. Para fins da proibição de seu uso na campanha política, é necessário que o conteúdo se apresente como propaganda eleitoral (TSE, 2026b).

No caso de Flávio Bolsonaro, o Tribunal rejeitou o pedido de aplicação de multa, pois, segundo o entendimento majoritário, o vídeo havia sido exibido em uma convenção partidária, sem pedido explícito de voto, não bastando a transmissão do evento por plataforma digital para configurar propaganda eleitoral antecipada (TSE, 2026b).

Participação política dos militares

A participação de militares e agentes de segurança na política eleitoral constitui uma característica relevante do sistema político brasileiro recente, especialmente após o forte crescimento registrado durante o governo de Jair Bolsonaro. No entanto, os dados disponíveis para as eleições de 2026 indicam uma redução importante do número total de candidaturas vinculadas às forças de segurança, embora com uma maior concentração das candidaturas especificamente militares no PL.

Em 2026, registraram-se aproximadamente 966 candidatos que declararam profissões militares ou policiais, frente a 1.462 em 2022. Isso representa uma redução de aproximadamente 34% (496 candidaturas) e leva a participação desse grupo de 5% para 4,6% do total de candidaturas. A série mostra, contudo, que 2022 constituiu um pico histórico: 758 candidaturas em 2002, 950 em 2006, 914 em 2010, 1.049 em 2014 e 1.210 em 2018 (TSE, 2026c).

A composição do universo de 2026 mostra o predomínio das polícias militares, com 579 candidatos, seguidas por policiais civis (115), militares reformados (96), bombeiros militares (96) e membros das Forças Armadas (82). Portanto, é importante não identificar automaticamente "militares" com "Forças Armadas": a maior parte do fenômeno eleitoral analisado corresponde às forças de segurança, particularmente às polícias militares.

A distribuição regional das candidaturas militares e policiais também é significativa. O Sudeste concentra o maior número, com 331 candidatos, seguido pelo Nordeste (233), Norte (162), Centro-Oeste (143) e Sul (97) (TSE, 2026c). Essa concentração guarda relação, em termos gerais, com a dimensão dos aparatos de segurança e com o peso demográfico das regiões. Além disso, o Sudeste concentra os maiores efetivos das polícias militares: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os estados com os contingentes mais numerosos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) registra 404.871 policiais militares na ativa no país; São Paulo conta com 80.037, Rio de Janeiro com 43.362 e Minas Gerais com 36.362. O fenômeno, portanto, apresenta uma dimensão territorial diferenciada (FBSP, 2024). Não se trata simplesmente de uma presença nacional homogênea das Forças Armadas, mas da articulação entre estruturas militares federais, polícias militares estaduais, corpos de bombeiros e as realidades políticas de cada estado.

A redução quantitativa das candidaturas não implica uma diminuição equivalente de sua importância política. Pelo contrário, os dados mostram uma maior concentração partidária.

O PL ocupa o primeiro lugar entre as candidaturas vinculadas às forças de segurança, com 123 candidatos no levantamento geral: 65 policiais militares, 20 membros das Forças Armadas, 18 militares reformados, 14 policiais civis e seis bombeiros. Seguem-se o Republicanos, com 95, e o Novo e o Podemos, com 76 cada um. O PT aparece com nove candidatos com alguma referência a patente ou cargo militar/policial, registrando: 4 policiais civis, 3 policiais militares, 1 membro das Forças Armadas e 1 bombeiro militar (TSE, 2026 c).

Um indicador ainda mais significativo surge quando se considera exclusivamente a ocupação declarada como "membro das Forças Armadas". Nesse caso, o número aumentou de 63 candidatos em 2022 para 82 em 2026, um crescimento de 30,16%. O PL passou de sete para 20 candidatos — ou seja, quase triplicou —, concentrando 24,4% do total nacional. O Republicanos registra 10 candidatos (12,2%), e Avante e Podemos, 7 candidatos cada um, com cada partido concentrando 8,54%. Dos 19 candidatos adicionais registrados entre 2022 e 2026, 14 pertencem ao PL; isto é, esse partido responde por 73,7% do crescimento líquido desse grupo. Entre os cinco candidatos ao Senado que declaram como ocupação ser membros das Forças Armadas, quatro pertencem ao PL. Além disso, esse partido apresenta, entre os membros das Forças Armadas, 8 candidatos a deputado federal e 7 a deputado estadual (TSE, 2026 c).

Existe, portanto, um aparente paradoxo: diminui a utilização eleitoral de patentes militares, mas aumenta o peso relativo dos candidatos que se apresentam explicitamente como membros das Forças Armadas, particularmente dentro do PL. O uso de patentes nos nomes de urna caiu de 1.050 casos em 2022 para 630 em 2026, uma redução de 40%; no entanto, a participação do PL nesse universo passou de 13,5% para 19,4% (Lourenço, 2026).

A magnitude das candidaturas deve ser analisada em relação ao tamanho das instituições. Para 2026, as Forças Armadas brasileiras contam com aproximadamente 350.000 integrantes na ativa. No Exército, especificamente, o efetivo previsto para 2026 era de 212.017 integrantes (Brasil, 2026b), o que representa 60% do total.

No âmbito da segurança pública, o contingente é ainda maior: 404.871 policiais militares na ativa, 95.908 policiais civis e 94.673 policiais penais, além dos corpos de bombeiros militares (FBSP, 2024). Isso permite dimensionar a diferença entre o universo potencial de profissionais de segurança e o número de candidatos: as candidaturas de 2026 representam uma fração muito pequena desse conjunto, embora sua importância política possa ser considerável devido à capacidade de mobilização eleitoral associada a essas identidades profissionais.

No caso específico do Exército, as informações institucionais são particularmente claras: 50 integrantes da Força apresentam-se como candidatos em 2026, contra 107 em 2022 e 115 em 2018. A queda entre 2022 e 2026 é, portanto, superior a 53%. Apenas cinco dos 50 candidatos pertenciam ao serviço ativo; os demais eram militares da reserva. O dado sugere uma redução da participação eleitoral direta da instituição, embora não necessariamente da presença política de indivíduos oriundos das Forças Armadas (Megale, 2026; Redação TVT, 2026).

A Constituição Federal de 1988 estabelece um marco jurídico preciso. O artigo 142 define a Marinha, o Exército e a Aeronáutica como instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República. Sua finalidade constitucional é a defesa do país e a garantia dos poderes constitucionais (Brasil, 1988).

Essa disposição não transforma as Forças Armadas em um ator político autônomo nem lhes atribui uma função de arbitragem entre os poderes. Esse ponto foi expressamente estabelecido pelo STF na ADI 6457, em abril de 2024. Por unanimidade, o Tribunal determinou que o artigo 142 não permite interpretar as Forças Armadas como um "poder moderador" nem autoriza sua intervenção sobre os poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário. O STF ressaltou que elas são órgãos de Estado, e não de governo, e que seu emprego para garantir a lei e a ordem tem caráter excepcional, diante de uma violação grave e concreta da segurança pública e após o esgotamento dos mecanismos ordinários (STF, 2024a; STF, 2024b).

A própria legislação eleitoral reconhece o direito individual dos militares de participarem como candidatos, mas estabelece condições destinadas a preservar a hierarquia, a disciplina e a neutralidade institucional. O artigo 14, § 8º, da Constituição dispõe que o militar com menos de dez anos de serviço deve afastar-se da atividade para concorrer a eleições; aquele que possui mais de dez anos é agregado e, se eleito, passa automaticamente para a inatividade no momento de assumir o cargo (Brasil, 1988). A Resolução 23.609 do TSE incorporou essas regras ao regime de registro de candidaturas (TSE, 2019).

O Estatuto dos Militares (Lei 6.880/1980) estabelece, além disso, limites ao uso da condição hierárquica em atividades político-partidárias, particularmente para os militares na inatividade (Brasil, 1980).

Consequentemente, a Constituição de 1988 não estabelece uma proibição absoluta da participação individual de militares na política eleitoral, mas separa juridicamente o direito político do indivíduo da atuação política da instituição militar. Essa distinção é fundamental para interpretar as eleições de 2026: a redução do número de candidatos

provenientes das Forças Armadas — especialmente do Exército — pode ser lida como um sinal de menor politização institucional; contudo, a persistência e, em determinados segmentos, a concentração partidária de candidaturas militares demonstram que a questão das relações entre Forças Armadas, forças de segurança e política continua sendo um componente relevante do cenário político brasileiro.

Síntese e conclusões

A análise do cenário político brasileiro de 2026 permite identificar um conjunto de tendências que, consideradas em seu todo, configuram um processo eleitoral de resultado em aberto e de alta relevância tanto para a política doméstica quanto para o posicionamento internacional do país.

No plano eleitoral estrito, os dados das principais pesquisas mostram que Luiz Inácio Lula da Silva mantém uma vantagem estável no primeiro turno, com intenções de voto que oscilam entre 36% e 43,4%, frente aos 29% e 33,7% de Flávio Bolsonaro. Essa diferença, que supera em todos os casos o dobro da margem de erro das pesquisas, sugere uma vantagem consolidada no primeiro turno. No entanto, o cenário de segundo turno apresenta-se tecnicamente indefinido: a vantagem média de Lula reduz-se a apenas 2,2 pontos percentuais, reflexo da migração de votos de candidaturas menores para o campo bolsonarista. O estado de Minas Gerais replica esse empate técnico em escala nacional, o que ganha especial significado simbólico dado o seu histórico de antecipar o resultado de todas as eleições presidenciais brasileiras desde a redemocratização.

Um elemento disruptivo do ciclo eleitoral é a ascensão de Augusto Cury (Avante) à terceira posição, saltando de menos de 4% em agosto para uma faixa entre 8% e 11% em setembro. Esse crescimento, impulsionado por uma forte presença digital e pela saturação de setores do eleitorado com a polarização institucional, introduz uma variável adicional de incerteza nos cálculos para o segundo turno. A redução do percentual de indecisos de 51% para 42% com o início da campanha oficial indica uma definição gradual do voto, embora com assimetrias relevantes: enquanto o eleitorado bolsonarista demonstra 78% de fidelidade, o de Cury atinge apenas 49%, o que sugere que sua base de apoio ainda é permeável.

No âmbito da política externa e do contexto geopolítico regional, os condicionantes internacionais do processo eleitoral são igualmente significativos. O acordo Mercosul-União Europeia, assinado em janeiro de 2026 e em aplicação provisória desde maio, representa um marco de grande peso econômico para o Brasil, cujo comércio com o bloco europeu representou 16% de suas trocas externas em 2025. Ao mesmo tempo, a relação bilateral com a Argentina deteriorou-se drasticamente após as ofensas do presidente Milei a Lula, resultando no rebaixamento da representação brasileira ao nível de encarregado de negócios — um sinal de tensão sem precedentes recentes no Cone Sul. Paralelamente, a chamada Iniciativa Pax Silica — que articula a aproximação estratégica e militar de Washington com o Paraguai e a inserção de países vizinhos nas cadeias globais de suprimento de minerais críticos para a inteligência artificial — está redesenhando os alinhamentos geopolíticos do entorno sul-americano de uma forma que pressiona a autonomia da política externa brasileira.

No plano econômico e social, o cenário apresenta uma combinação de indicadores macroeconômicos positivos com persistentes assimetrias estruturais. O desemprego nacional recuou para 5,4%, o nível mais baixo desde 2012, mas coexiste com profundas disparidades regionais: os 82,2% de formalidade laboral no Sul contrastam com os 61% no Norte e Nordeste. A cesta básica consome 61,02% da renda líquida de quem recebe o salário mínimo em São Paulo, e as pressões inflacionárias decorrentes do contexto internacional — conflitos no Estreito de Ormuz, ataques a refinarias russas, cortes de produção na China — elevaram o índice global de preços de alimentos da FAO ao maior nível desde 2022. Os programas sociais do governo abrangem quase 40% dos domicílios no Norte e Nordeste, atuando como fator de mitigação das disparidades históricas de renda per capita em relação ao Centro-Sul e constituindo um ativo político relevante para o governo nas regiões de maior concentração de pobreza.

No âmbito institucional e político-judicial, o embate de múltiplos candidatos com o ministro Alexandre de Moraes e as investigações da Polícia Federal sobre o filho do presidente pautaram os debates e entrevistas em rádio e televisão, introduzindo uma dimensão de desgaste institucional que afeta transversalmente todo o sistema político. Quanto à participação eleitoral das forças de segurança, os dados do Tribunal Superior Eleitoral revelam uma redução de 34% no total de candidaturas de policiais e militares em relação a 2022 — o que reflete um esforço deliberado da cúpula militar para reduzir a politização das Forças Armadas. No entanto, o número de candidatos declarados estritamente como "membros das Forças Armadas" cresceu 30,16%, com uma concentração acentuada no PL, partido de Flávio Bolsonaro, que triplicou sua representação nesse segmento. Esse paradoxo — menor militarização visível, maior concentração partidária — sugere que a presença militar na política eleitoral brasileira não recua, mas se reorganiza sob novas formas.

Em suma, as eleições brasileiras de 2026 desenrolam-se em um contexto de polarização estrutural moderada pela emergência de uma terceira alternativa, pressionadas por condicionantes geopolíticos e inflacionários de alcance global e atravessadas por tensões institucionais de considerável intensidade. O resultado final dependerá, em grande medida, da capacidade de cada candidatura de consolidar sua base no primeiro turno e de captar o voto fluido dos indecisos e do eleitorado de Cury no segundo turno.

Referências

Amoêdo, J. (2026, 30 de junho). *Saiba quem participou da cúpula do Mercosul*. Poder360. <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/saiba-quem-participou-da-cupula-do-mercotel/>

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2026). *Síntese semanal de preços dos combustíveis: semana de 23/08/2026 a 29/08/2026*. Edição 35. <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/arq-sintese-semanal/2026/sintese-precos-35.pdf>

AtlasIntel/Bloomberg (2026). *Eleições presidenciais Brasil 2026*. <https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/2-opcao-presidente-atlasintel-1set2026.pdf>

Band (2026a, 24 de agosto). *Augusto Cury lidera buscas no Google durante debate na Band; confira.* <https://www.band.com.br/nacional/brasil/augusto-cury-lidera-buscas-no-google-apos-debate-na-band>

Band (2026b, 24 de agosto). *O que você precisa saber sobre o 1º debate presidencial das Eleições 2026.* <https://www.band.com.br/politica/eleicoes/o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-1-debate-presidencial-das-eleicoes-2026>

Band (2026c, 23 de agosto). *Renan Santos lidera buscas por “quem é” entre presidentiáveis.* <https://www.band.com.br/nacional/sp/video/renan-santos-lidera-buscas-por-quem-e-entre-presidenciaveis>

BBC (2026, 1º de setembro). *Por que o TSE recuou e liberou campanha de Renan Santos.* <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c93vkpnk5qxo>

Brasil (1980). Lei 6.880 Dispõe sobre Estatuto dos Militares. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil (2026 a, 23 de junho). *Acordo entre Mercosul e União Europeia*. Portal Siscomex, Brasília (atualizado 24 jun. 2026). <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/mercosul-uniao-europeia>.

Brasil (2026 b, 9 de janeiro). Decreto 12.811. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/decreto/d12811.htm

BTG/Nexus. (2026, 31 de agosto). *Pesquisa BTG/Nexus de intenção de votos para presidente do Brasil – 31 de agosto de 2026.* <https://www.nexus.fsb.com.br/estudos-divulgados/pesquisa-btg-nexus-de-intencao-de-votos-para-presidente-do-brasil-31-de-agosto-de-2026/>

Cavalcanti, J.; Paraiba, Tiago; Chaves, M. (2026, 10 de agosto) A política que tirou o Brasil do Mapa da Fome – e por que o Nordeste é a prova do seu acerto. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/a-politica-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome-e-por-que-o-nordeste-e-a-prova-do-seu-acerto/>

CNN Brasil (2026 a, 30 de julho). Taxa de desemprego cai para 5,4% no trimestre encerrado em junho, diz IBGE. *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/money/macroeconomia/taxa-de-desemprego-fica-em-54-no-trimestre-encerrado-em-junho-diz-ibge/>.

CNN Brasil. (2026 b, 20 de agosto). *Entenda os três inquéritos em que Lulinha é investigado.* *CNN Brasil*. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-os-tres-inqueritos-em-que-lulinha-e-investigado/>

Collins, J. (2026, 7 de setembro). Fuel prices at record Labor Day high in US thanks to

Iran war and refinery issues. ABC News. <https://abcnews.com/US/wireStory/fuel-prices-record-labor-day-high-us-iran-136247960>

Costa, K. F. (2026, 31 de agosto). A política externa nos planos de governo de Lula e Flávio Bolsonaro. *Combate Racismo Ambiental*. <https://racismoambiental.net.br/2026/08/31/a-politica-externa-nos-planos-de-governo-de-lula-e-flavio-bolsonaro-por-kayque-ferraz-costa/>.

Datafolha (2026, 3 de setembro). *Eleições 2026 Brasil*. <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2026/09/08/ytu06vgp4wq-0ibvzl4ra35bdjmrzjl1d-4kmmky97a.pdf>

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2026, 10 de agosto). Em julho, custo da cesta básica diminui em 26 capitais. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. São Paulo. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2026/202607cestabasica.pdf>. Acesso em: set. 2026.

Escardovelli, M. e Oliveira, M. (2026, 7 de setembro). Lula e Flávio, mais cautelosos que o usual, deixam público dar recados no 7 de Setembro. *Agência Pública*, São Paulo, <https://apublica.org/2026/09/7-de-setembro-lula-e-flavio-deixam-publico-dar-os-recados/>

Estados Unidos. Departamento de Estado (2026 a, 13 de junho). Reunión del secretario Rubio con el presidente Peña de Paraguay. Washington, D.C. <https://www.state.gov/translations/spanish/reunion-del-secretario-rubio-con-el-presidente-pena-de-paraguay>

Estados Unidos. Departamento de Estado (2026, 4 de fevereiro). Reunión ministerial sobre minerales críticos 2026. Washington, DC. <https://www.state.gov/translations/spanish/reunion-ministerial-sobre-minerales-criticos-2026>

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (2026, 4 de setembro). FAO Food Price Index. <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>

FBSP-Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024). Raio-x das forças de segurança pública do Brasil [livro eletrônico] / coordenação geral Renato Sérgio de Lima. – São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/42188a37-3745-4373-809a-f35a9f828ea6/content>

Folha de São Paulo. (2026, 31 de agosto). *Cury inunda redes sociais com influenciadores, dispara em pesquisa e levanta suspeita entre adversários*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/08/cury-inunda-redes-sociais-com-influenciadores-dispara-em-pesquisa-e-levanta-suspeita-entre-adversarios.shtml>

FUP – Federação Única dos Petroleiros (2026, 18 de março). Alta do diesel expõe abusos na cadeia de combustíveis e traz à tona impactos das privatizações. <https://fup.org.br/alta-do-diesel-expoe-abusos-na-cadeia-de-combustiveis-e-traz-a-tona-impactos-das-privatizacoes/>

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: segundo trimestre de 2026. Rio de Janeiro. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2026_2tri.pdf.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026b). Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC: julho de 2026. Rio de Janeiro. https://ftp.ibge.gov.br/Precos Indices de Precos ao Consumidor/IPCA/Fasciculo Indicadores IBGE/ipca-inpc_202607caderno.pdf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026c). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: rendimento de todas as fontes 2025. Rio de Janeiro https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102275_informativo.pdf.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2026, 12 de maio). A redistribuição regional da indústria no Brasil. *Carta IEDI*, n. 1361, https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1361.html

Legrand, F. (2026, 3 de setembro) La iniciativa Pax Silica y la securitización de los minerales críticos para la inteligencia artificial. *Documento de Opinión IEEE*, 85/2026. Madrid: CESEDEN, Ministerio de Defensa de España. <https://www.defensa.gob.es/ceseden/-/ieee-2026-minerales-criticos-inteligencia-artificial-documento-opinion-85>

León, L. P. (2026, 5 de agosto). Brasil rebaixa relação com Argentina após novos insultos de Milei. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-08/brasil-rebaixa-relacao-com-argentina-apos-novos-insultos-de-milei>

Lourenço, C. (2026, 17 de agosto). Patente nas urnas cai 40%; número de candidatos militares triplicam no PL. <https://iclnoticias.com.br/candidatos-militares-crescem-se-concentram-pl/>

Megale, B. (2026, 17 de agosto). Exército reduz em mais 50% a presença de militares na disputa eleitoral de 2026. *O Globo*. <https://acesse.one/DAQL57U>

MELO, R. (2026, 31 de agosto). Política externa nos planos de governo de 2026. Planos de Governo 2026, dados conferidos em 31 ago. 2026. <https://planodegoverno2026.com.br/temas/presidente/externa/>

MERCOSUR (2026, 2 de setembro). Todos os ministros das Relações Exteriores do MERCOSUL se reuniram em Montevideu, sob a presidência do Uruguai. Montevideo. <https://www.mercosur.int/pt-br/todos-os-ministros-das-relacoes-exteriores-do-mercosul-se-reuniram-em-montevideu-sob-a-presidencia-do-uruguai>

Moitinho, F. (2026, 4 de septiembre). Preços dos alimentos sobem em agosto e atingem maior valor desde 2022. *Forbes Brasil*. <https://forbes.com.br/forbes-agro/2026/09/precos-dos-alimentos-sobem-em-agosto-e-atingem-maior-valor-desde-2022/>

O Globo. (2026a, 29 de agosto). *Entrevista de Flávio Bolsonaro completa na TV Globo: veja como assistir à sabatina*. <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes->

[2026/noticia/2026/08/29/entrevista-de-flavio-bolsonaro-completa-na-tv-globo-veja-como-assistir-a-sabatina.ghtml](https://globo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/08/29/entrevista-de-flavio-bolsonaro-completa-na-tv-globo-veja-como-assistir-a-sabatina.ghtml)

O Globo. (2026b, 27 de agosto). *Lula na TV Globo: como o presidente se saiu na entrevista? Veja as notas e avaliações dos colonistas do GLOBO.* <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/08/27/lula-na-tv-globo-como-o-presidente-se-saiu-na-entrevista-veja-as-notas-e-avaliacoes-dos-colonistas-do-globo.ghtml>

Quaest (2026 a, 2 de setembro). *Pesquisa de intenção de voto para presidente – Rodada 2 – 02/09/2026.* <https://quaest.com.br/relatorios/pesquisa-de-intencao-de-voto-para-presidente-rodada-2-02-09-2026/>

Quaest (2026 b, 7 de setembro). *Pesquisa de intenção de voto para presidente – Rodada 3* <https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/09/QUAEST3PRESIDENCIAL0709.pdf>

Quaest (2026 c). *Relatórios.* <https://quaest.com.br/relatorios-dc5902a407f4f271a324451899baf0f0/>

Real Time Big Data (2026, 1 de setembro). *Pesquisa presidencial Brasil.* <https://realtimebigdata.com.br/pesquisas/>

Record (2026, 23 de agosto). *Assista à entrevista exclusiva da RECORD com Lula (PT), candidato à Presidência da República.* <https://record.r7.com/domingo-espetacular/video/assista-a-entrevista-exclusiva-da-record-com-lula-pt-candidato-a-presidencia-da-republica-24082026/>

Redação TVT (17 de agosto de 2026). *Exército reduz em mais de 50% presença de militares nas eleições.* *TVT News.* <https://tvtnews.com.br/exercito-reduz-em-mais-de-50-presenca-de-militares-na-eleicoes-diz-colunista/>

Romero Wimer, F. et al. (2026). *Brasil en disputa 2026: informe N°1 sobre las elecciones presidenciales en contexto.* Foz do Iguaçu: GIEPTALC.

Rosemberg, J. (2026, 5 de agosto). *Fuerte sanción diplomática: Brasil no repondrá a su embajador y rebaja la relación con Argentina por los insultos de Milei a Lula.* *La Nación*, Buenos Aires. <https://www.lanacion.com.ar/politica/fuerte-sancion-diplomatica-brasil-retira-a-su-embajador-y-rebaja-la-relacion-con-argentina-por-los-nid04082026/>

Souza, A. (2026, 7 de setembro). *Decisão 2026: em ato de 7 de Setembro Flávio associa Lula a Moraes; Renan ataca Cury e Zema mira STF; veja dia dos candidatos ao Planalto.* *Times Brasil*, São Paulo. <https://timesbrasil.com.br/brasil/decisao-2026-em-ato-de-7-de-setembro-flavio-associa-lula-a-moraes-renan-ataca-cury-e-zema-mira-stf-veja-dia-dos-candidatos-ao-planalto/>

STF-Supremo Tribunal Federal (2024a, 8 de abril). *Por unanimidade, ministros do STF rejeitam tese de poder moderador das Forças Armadas.* <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/por-unanimidade-ministros-do-stf-rejeitam-tese-de-poder-moderador-das-forcas-armadas/>

STF-Supremo Tribunal Federal (2024b, 8 de abril). ADI 6.457 Atuação das Forças Armadas na defesa da pátria, na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem https://noticias-stf-wp-prd.s3.sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/wpallimport/uploads/2024/11/21152301/adi-6457-poder-moderador_vRev.pdf

TSE-Tribunal Superior Eleitoral (2019, 18 de dezembro). *Resolução N° 23.609*. <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-609-de-18-de-dezembro-de-2019>

TSE-Tribunal Superior Eleitoral (2026a). *Candidatos – 2026: redes sociais de candidatos*. <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2026>

TSE- Tribunal Superior Eleitoral (2026b, 1º de setembro). *TSE fixa tese sobre deepfake e delimita regra para as Eleições 2026*. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Setembro/tse-fixa-tese-sobre-deepfake-e-delimita-regra-para-as-eleicoes-2026>

TSE-Tribunal Superior Eleitoral (2026c). *Candidaturas. Perfil de Candidatura*. https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/cruzamento-de-candidaturas?p25_back=22&p25_cruzamento_1=ds_ocupacao&clear=RP,25&session=111997421421067